Secção III	
Artigo 281	20 %
Artigo 283	34 %
Artigo 284	23 %
Artigo 287	31 %
Artigo 288	21 %
Artigo 292	34 %
Artigo 294	37 %
Artigo 295	31 %
Artigo 297	20 %
Artigo 309	38 %

Secção IV	
Artigo 311	20 %
Artigo 313	25 %
Artigo 315	30 %
Artigo 317	13 %
Artigo 318	33 %
Artigo 319	35 %
Artigo 320	26 %
Artigo 321	32 %

Secção V	
Artigo 332	8 %
Artigo 333	8 %
Artigo 348	53 %
Artigo 352	23 %
Artigo 353	40 %
Artigo 355	17 %
Artigo 357	16 %

CLASSE IV

Secção I	
Artigo 365	Ang. 40,00
Artigo 366	Ang. 45,00
Artigo 368	Ang. 40,00

CLASSE VI

Secção II	
Artigo 598	22 %
Artigo 599	12 %
Artigo 600	18 %
Artigo 617	8 %
Artigo 618	10 %

Secção III	
Artigo 624	11 %
Artigo 625	11 %
Artigo 630	8 %

Secção IV	
Artigo 658	13 %
Artigo 667	14 %
Artigo 671	20 %
Artigo 675	18 %
Artigo 693	30 %
Artigo 694	25 %

Secção V	
Artigo 718	10 %
Artigo 720	20 %
Artigo 727	20 %
Artigo 739	17 %
Artigo 745	9 %
Artigo 751	10 %
Artigo 756	24 %

Secção VII	
Artigo 777	10 %
Artigo 783	28 %
Artigo 786	20 %
Artigo 789	30 %
Artigo 805	30 %
Artigo 816	12 %
Artigo 817	35 %
Artigo 819	32 %
Artigo 821	20 %
Artigo 822	35 %
Artigo 827	35 %
Artigo 828	25 %
Artigo 829	20 %
Artigo 832	17 %

Artigo 845	35 %
Artigo 846	11 %
Artigo 847	10 %
Artigo 849	20 %
Artigo 850	20 %
Artigo 851	20 %
Artigo 852	20 %
Artigo 853	20 %
Artigo 859	12 %
Artigo 860	10 %
Artigo 862	18 %
Artigo 864	20 %
Artigo 885	10 %
Artigo 886	10 %
Artigo 887	10 %
Artigo 890	12 %
Artigo 891	30 %
Artigo 892	15 %
Artigo 895	40 %
Artigo 897	10 %
Artigo 900	12 %
Artigo 904	30 %
Artigo 905	23 %
Artigo 912	16 %
Artigo 923	20 %
Artigo 925	35 %
Artigo 926	40 %
Artigo 929	20 %

Ministério do Ultramar, 28 de Março de 1952.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Angola.—
M. M. Sarmiento Rodrigues.

Portaria n.º 13:906

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do § único do artigo 158.º da Constituição e nos do artigo 13.º do Decreto n.º 38:146, de 30 de Dezembro de 1950, observar, no referente à cobrança de sobretaxas das pautas de importação e de exportação vigentes na provincia de Moçambique, o seguinte:

1.º Na pauta de importação:

a) Fica suspensa a cobrança das sobretaxas das pautas preferencial e geral dos artigos 14, 214, 390, 407, 584, 614, 736, 737, 842, 849 a 853, 863 e, da pauta preferencial, do artigo 706.

b) Fica suspensa a cobrança das sobretaxas das pautas preferencial e geral dos artigos abaixo indicados, mas só para as mercadorias mencionadas:

Artigo 322 — Tecidos abertos.

Artigo 393 — Cevadilha.

Artigo 394 — Farinha de trigo.

Artigo 437 — Os produtos abrangidos pela respectiva nota.

Artigo 442 — Os produtos abrangidos pela respectiva nota.

Artigo 577 — Pertences e peças separadas de veículos empregados na agricultura.

Artigo 741 — Papel em sacos próprios para acondicionar cimento.

c) São alteradas para 2 por cento e 4 por cento, respectivamente, as sobretaxas das pautas preferencial e geral do artigo 689.

d) São alteradas para \$44, \$44, \$49, \$49 e \$49 as sobretaxas da pauta preferencial dos artigos 373, 374, 375, 376 e 377, respectivamente.

e) É alterada para \$10 a sobretaxa da pauta geral do artigo 103, mas só quanto à gasolina destinada ao consumo dos distritos de Tete e do Lago.

f) São alteradas para 2,5 por cento e 5 por cento, respectivamente, as sobretaxas das pautas preferencial e geral para os aparelhos de raios X, de usos clínicos, classificados pelos artigos 509 ou 510.

2.º Na pauta de exportação: é suspensa a cobrança da sobretaxa do artigo 269.

3.º As disposições desta portaria são aplicáveis aos despachos pendentes de liquidação e pagamento, quando a desalfandegação das mercadorias haja sido autorizada por despacho do Ministro do Ultramar ou do governador-geral.

4.º Ficam revogadas as alterações introduzidas pela Portaria n.º 13:608, de 14 de Julho de 1951, nas sobretaxas dos artigos 103, 322, 373 a 377, 393, 394, 407, 427, 479, 480, 577, 584, 614, 669, 676, 706, 722, 787, 863 e 893 e as disposições dos n.ºs 7.º a 10.º da mesma portaria.

Ministério do Ultramar, 28 de Março de 1952. — O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Moçambique. — *M. M. Sarmento Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 13:907

Por decreto-lei desta data estabelece-se o novo regime açucareiro, pelo qual se tem em vista fomentar a produção ultramarina e assegurar o suficiente abastecimento da metrópole.

Devidamente ponderados todos os interesses em causa, é possível proceder, desde já, ao conveniente reajustamento dos preços de venda ao público e, simultaneamente, modificar o sistema que até hoje tem regulado a distribuição deste produto.

Institui-se a liberdade de consumo e regressa-se aos tipos tradicionais de açúcar, fazendo-se cessar o artificialismo dos preços pela desejada normalização dos seus níveis económicos.

Do conjunto de medidas adoptadas resultará uma apreciável redução de preço médio, melhores condições de abastecimento e uma situação mais favorável às actividades industriais, até agora coarctadas, nas suas possibilidades de desenvolvimento, pelo elevado custo do açúcar.

Assim, ao mesmo tempo que se estimula a produção defende-se a balança de pagamentos e reatam-se as

grandes tradições da política definida em 1928, que durante largos anos permitiu o auto-abastecimento do País neste produto essencial à sua alimentação.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia:

1.º A partir de 1 de Maio de 1952 são livres, no continente, o consumo e a circulação de açúcar.

2.º Os preços e qualidades de açúcar para venda ao público, posteriormente àquela data, são os seguintes:

1.º Areado corrente	5\$30
2.º Areado branco	6\$60
3.º Granulado e cristal	8\$80

3.º Ao Grémio dos Armazenistas de Mercearia, por intermédio da delegação do Governo, compete orientar e disciplinar as actividades que intervêm no comércio daquele produto, cabendo-lhe especialmente:

a) Apresentar em Fevereiro de cada ano ao Ministro da Economia uma estimativa da quantidade de açúcar necessária para o consumo do continente no ano cultural seguinte;

b) Importar do estrangeiro todo o açúcar necessário para o consumo da metrópole, e bem assim o açúcar cristal branco proveniente das províncias ultramarinas;

c) Proceder à análise das ramas dentro do prazo de trinta dias, a contar da chegada do açúcar ao porto do destino. O processo de análise e respectivo recurso serão subordinados a instruções publicadas pela Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos;

d) Preparar, acompanhar e fiscalizar a execução do regime açucareiro, especialmente no que respeita à distribuição e venda do produto ao público, realizando os actos que para tal fim se tornem necessários.

4.º A indústria consumirá, obrigatoriamente, açúcar granulado e cristal, que lhe será distribuído pelo Grémio dos Armazenistas de Mercearia, em quantidade proporcional à do ano de 1951, ouvido, quando necessário, o Grémio Nacional dos Industriais de Confeitaria.

5.º As infracções ao disposto nesta portaria serão punidas pela forma estabelecida no Decreto-Lei n.º 29:964, de 10 de Outubro de 1939, com as alterações referidas nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 32:086, de 15 de Junho de 1942.

Ministério da Economia, 28 de Março de 1952. — O Ministro da Economia, *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês*.